

## **LIXO DOMICILIAR: DESAFIO AMBIENTAL DO PARQUE ELIANE, TERESINA (PI)/BRASIL**

Sônia Maria Ribeiro Feitosa<sup>1</sup> e Jaíra Maria Alcobaça Gomes<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Aluna do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/TROPEN/UFPI.

E-mail: [smrfeitosa@hotmail.com](mailto:smrfeitosa@hotmail.com). <sup>2</sup> Professora Dra. do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/TROPEN/UFPI. E-mail: [jairamag@uol.com.br](mailto:jairamag@uol.com.br)

### **RESUMO**

O estudo realizado trata da questão do lixo domiciliar, um desafio ambiental do Parque Eliane, comunidade gerada a partir de uma invasão ocorrida em 2001, cuja infraestrutura e situação econômica da população são precárias. Os moradores são submetidos a conviver com a falta ou insuficiência de serviços urbanos, a exemplo da coleta de lixo, o que é agravado pela precariedade das moradias construídas de taipa-palha ou taipa-telha e sem instalações sanitárias.

As mulheres, maioria da população, são as principais mantenedoras da família e responsáveis pelos cuidados com a higiene do lar e com o meio ambiente, tendo que administrar essa situação, sem dispor de água, banheiros e coleta de lixo. Diante da difícil situação em que vivem, como chefes de família e responsáveis pelo sustento e educação dos filhos, aceitam as alternativas oferecidas por voluntários, na esperança de que os efeitos causados pela situação de pobreza sejam minimizados. Uma preocupação permanente das mulheres do Parque Eliane, é a regularização de suas moradias, que, apesar das constantes reivindicações e manifestações, ainda não foi conquistada.

*Palavras-Chave: Pobreza. Mulher. Lixo*

### **INTRODUÇÃO**

Este estudo subsidia o projeto de intercâmbio entre a Universidade Federal do Piauí – UFPI/Brasil e a Università Degli Study di Verona – UNIVR/Itália, tendo como meta organizar centros de convivência, socializando entre as duas nações, práticas socioeducativas, através do jovem, do idoso e da mulher. O Parque Eliane é um espaço já predeterminado pela parceria, por ser uma comunidade de periferia, com baixo poder econômico e deficitária dos serviços públicos urbanos. Atuaram como sujeitos de observação as mulheres que participaram das oficinas de capacitação planejadas pelo grupo envolvido no intercâmbio.

O espaço e os sujeitos pesquisados foram escolhidos, por entender a importância da construção da história daquela comunidade enfocando a participação das mulheres nos movimentos de ocupação, nas manifestações pela regularização habitacional. A escolha

permitiu identificar as condições socioeconômicas da comunidade e o nível de conscientização das mulheres em relação ao tratamento e destino do lixo domiciliar, o que poderá subsidiar novos pesquisadores em futuros estudos.

As informações obtidas e compiladas neste trabalho poderão ainda contribuir com as instituições públicas e privadas nas tomadas de decisões e na implantação de políticas direcionadas. A mulher, por estar mais ligada às questões domésticas e aos cuidados com a família, vivencia mais efetivamente as dificuldades impostas pela pobreza e pela falta de serviços públicos. Daí a iniciativa em tê-la como aliada no processo de investigação desta pesquisa.

A comunidade é o resultado da ocupação de uma área de propriedade particular, ocorrida em 2001, cuja situação habitacional continua irregular. As mulheres ocupam um papel social e econômico relevante, liderando movimentos associativos e reivindicatórios e, principalmente, participando da renda familiar ou assumindo integralmente o sustento de suas famílias.

Objetivou-se analisar o relacionamento da mulher com o meio ambiente, utilizando-a como agente de transformação nas questões de higiene domiciliar, tomando como referencial o tratamento dispensado ao lixo, um agente transmissor de doenças, haja vista a comunidade não ser atendida por coleta de lixo urbano.

A pesquisa foi desenvolvida através de atividades centradas nas seguintes linhas direcionadas para: a) a construção da história local e dos conflitos provenientes da falta de moradia gerados pela ocupação e o histórico da presente situação habitacional a partir de referências bibliográficas, visuais e orais; b) o diagnóstico das condições urbanísticas, econômicas e ambientais, com a intenção de melhorar a qualidade do meio ambiente natural e urbano e a qualidade de vida dos moradores; c) a atuação das mulheres nas lutas de classes e na (in)capacidade de gerar renda; d) a identificação do nível de educação ambiental das mulheres e do tratamento que dispensam ao lixo domiciliar.

## **RELAÇÃO DA MULHER COM O MEIO AMBIENTE, TENDO A POBREZA COMO PRIVAÇÃO DE SUAS CAPACIDADES**

O termo privação de liberdade depende de como a situação é analisada. A expansão da liberdade requer uma minimização dos efeitos da pobreza, da carência de oportunidades econômicas e de outras situações que tornam o pobre mais fragilizado e sem muitas

perspectivas de vida, como a privação de liberdade de pensamento, de idéias e de ações.

Sobre essa discussão, Sen (2000) afirma que das várias formas de privação de liberdade, talvez a mais grave seja aquela que restringe a vida social e política tornando o indivíduo cada vez mais pobre por não ter oportunidade de expressar sua vontade, de utilizar-se de suas capacidades.

Tentando mostrar novas capacidades, a mulher vem buscando seu reconhecimento através de demonstrações de competência e atuações decisivas em questões sociais, a exemplo de campanhas ambientais. É capaz dessa postura por conviver com as conseqüências do mau tratamento dado ao ambiente em que vive. Geralmente é ela quem vivencia as privações causadas pela condição de pobreza em que vive; e quem encontra meios para suprir as necessidades mínimas da família, quando o rendimento familiar é insuficiente para as despesas. A partir da vivência com a pobreza e o ambiente, e não tendo a quem recorrer, é a mulher quem termina por resolver parte dos problemas domésticos e ambientais, adquirindo de forma instintiva, certa capacidade de mobilização.

A degradação dos resíduos sólidos depende da constituição dos materiais, das condições e do ambiente em que se encontram, podendo ser mais acelerada onde há maior incidência de organismos decompositores.

O Quadro 1 apresenta os períodos aproximados para que ocorra a degradação de alguns resíduos.

<b>Material</b>	<b>Tempo de degradação</b>
Jornais	2 a 6 semanas
Embalagens de papel	1 a 4 semanas
Casca de frutas	3 meses
Pontas de cigarro	2 anos
Fósforo	2 anos
Chicletes	5 anos
Nylon	30 a 40 anos
Latas de alumínio	100 a 500 anos
Tampas de garrafas	100 a 500 anos
Pilhas	100 a 500 anos
Garrafas e frascos de vidro ou plástico	indeterminado
Sacos e copos de plástico	200 a 450 anos

**Quadro 1: Tempo Médio de Degradação dos Resíduos Sólidos**

Fonte: CMCN (2001)

São muitos os problemas decorrentes do acúmulo de lixo, como doenças, contaminação do solo, rios e lençol freático. Lixo a céu aberto atrai bactérias, fungos, insetos e ratos.

Os gastos do poder público para manter uma cidade são muito altos, sendo parte destinada à coleta de lixo, cuja quantidade pode ser reduzida se também for diminuído o desperdício e houver coleta seletiva para o uso em reciclagem ou reaproveitamento, reduzindo os gastos e ocorrência de doenças.

### **Reflexos da urbanização nas condições de moradia**

A expansão urbana acontece principalmente, quando a cidade investe em setores como infra-estrutura, educação, habitação, saúde e outros serviços urbanos públicos, tornando-se alvo de cobiça para os que pretendem tirar proveito desse desenvolvimento.

O processo migratório de populações economicamente pobres ocorre, geralmente, através de ocupações de terrenos públicos ou privados, gerando aglomerados habitacionais precários, carentes de serviços públicos básicos e sem o cumprimento da legislação urbana e ambiental.

Maricato (2002) atribui o fenômeno da urbanização no Brasil como decorrente da industrialização a partir de 1930, quando os interesses urbanos industriais tornam-se importantes na política econômica, entretanto sem abandonar as relações antigas, fundamentadas na propriedade fundiária, devido à industrialização ter ocorrido sem reforma agrária. O crescimento urbano apresenta-se de forma semelhante em diversas cidades do continente americano, principalmente na América Latina, onde o crescimento acelerado vem causando grande degradação socioambiental.

No período compreendido entre 1940 a 1980, os grandes centros urbanos eram vistos como palco de melhores condições de vida para moradores rurais. Em 1940, 18,8% da população brasileira ocupavam a zona urbana, aproximando-se, em 1950, dos 18 milhões de habitantes (36% da população total); em 1980 atingia 80 milhões, com uma taxa de urbanização de 68%. Em 2000 essa proporção chega a 82%, tornando o Brasil um dos países mais urbanizados do planeta. Entre os anos 1960 e 1970, a vida na cidade era motivo de cobiça da população rural, que preferia morar no centro urbano, ainda que na periferia, mas poder, entretanto, usufruir alguns prazeres não oferecidos no meio rural. Entretanto, com o acelerado processo de urbanização, as grandes cidades tornaram-se marcadas por favelas,

poluição do ar e das águas, crianças abandonadas, violência, epidemias e muitos outros problemas decorrentes da cidade grande (MARICATO, 2002).

Os dados de moradores que moram em favelas, no Brasil, são sub-dimensionados devido às dificuldades na identificação das titularidades de terras e seus limites. A falta de alternativas habitacionais, atualmente, vem gerando um grande crescimento de ocupações de terrenos. As políticas públicas não estão ao alcance de todos, e o mercado privado, grande especulador imobiliário, só consegue atender menos de 30% da população. Essas dificuldades vêm contribuindo com o crescimento das invasões de terrenos nos centros urbanos, de forma significativa e ilegal, através da autoconstrução das casas, sem levar em conta a legislação urbanística de uso e ocupação do solo (MARICATO, 2002).

## **METODOLOGIA**

Teresina, capital do Estado do Piauí (Brasil), possui 1.809,02 km<sup>2</sup>, com a zona urbana apresentando uma área de 248,47 km<sup>2</sup> e a zona rural 1.560,55 km<sup>2</sup> (IBGE, 2000), desde sua criação (1852), vem seguindo o plano estrutural traçado de maneira a não permitir que a cidade crescesse de forma desordenada;

O diagnóstico sobre os conflitos gerados pela ocupação do terreno e sobre o processo da invasão e da luta pela regularização das moradias foi construído a partir de depoimentos, entrevistas gravadas com o representante legal do terreno, com a presidenta da Associação Beneficente e Recreativa dos Residentes no Parque Eliane e com moradores.

Utilizou-se de documentos como Registro de Imóveis do terreno ocupado, Consulta Prévia da área que seria loteada, Contrato de Compromisso de Compra e Venda, Mandado Policial de Despejo e Liminar de Reintegração de Posse. Foram usados ainda, como recursos de pesquisa, registros fotográficos, mapa, fotografia de satélite (Google Maps) e matérias de jornal da época em que foi concedido ao proprietário o direito de reintegração de posse do terreno. As informações recentes que também incluem fotografias, notícias da imprensa e depoimentos foram agregadas às antigas, para uma melhor análise e montagem do histórico local daquela comunidade.

As informações sobre a infra-estrutura local foram adquiridas a partir de observações *in loco* e de dados fornecidos por instituições públicas, como a Companhia de Habitação do Piauí – COHAB e Prefeitura Municipal de Teresina – PMT, através da Secretaria de

Desenvolvimento Urbano – SDU/Sul e da Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLAN.

.As mulheres foram escolhidas como estudo de investigação sobre a relação dos moradores com o meio ambiente, por constituírem a maioria da população da comunidade e assumirem o papel de chefes de família (77,5%)<sup>1</sup>. Foram inseridas na amostra da pesquisa a representante da associação de moradores, as mulheres do Grupo Mulheres Perseverantes integrantes das oficinas realizadas durante o intercâmbio e de uma moradora que “cata” lixo na comunidade e nas vizinhanças.

Como o grupo de mulheres também atuou como sujeito participativo durante o desenvolvimento da pesquisa, tentou-se inseri-lo no processo investigativo de pesquisa-ação, na organização das reuniões com a comunidade e no planejamento das oficinas de trabalhos manuais.

Paralelamente às visitas e entrevistas, tentou-se repassar princípios de educação ambiental no tocante ao tratamento dado ao lixo e à água para o consumo humano, de forma a minimizar doenças causadas pela falta de saneamento.

A concepção ambiental sobre os cuidados dispensados pelas mulheres, ao espaço onde vivem e ao lixo domiciliar, foi obtida através de encontros durante as oficinas e de visitas domiciliares, utilizando-se como instrumentos de investigação, entrevistas com as mulheres, diálogos formais e informais durante encontros, registros fotográficos e aplicação de questionário.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Em Teresina, o processo de evolução urbana vem acontecendo de forma acelerada, principalmente por ocupações em terrenos públicos, fazendo surgir novos aglomerados, cujas moradias, de acordo com as tipologias, são classificadas oficialmente pela Prefeitura Municipal em três categorias: vilas, parques/residenciais e favelas (TERESINA, 2002).

As comunidades atribuem denominações próprias, entretanto a Prefeitura utiliza a classificação oficial, por ela determinada. O Parque Eliane autodenominou-se Parque, mas se enquadra na categoria de Vila.

---

<sup>1</sup> Dado fornecido pelo Diretor-Presidente da COHAB, Marcelo do Anjos Mascarenhas (2006).

Em 1940 Teresina já possuía 67.641 habitantes, com uma taxa de urbanização de 51,29%. Em 1980 totalizava uma população de 377.774 habitantes, estando 339.042 habitantes residindo na zona urbana. Entre 1991 e 2000 a população urbana teve um salto de 556.911 habitantes para 677.470 habitantes, o equivalente a 94,7% da população total. A densidade demográfica em 2006, para uma população estimada em 801.971 habitantes, foi de 443,3 habitantes para cada quilômetro quadrado (IBGE, 2000).

Com a valorização dos terrenos das zonas Sul e Leste, a partir da década de 1960, as classes mais desprovidas economicamente ocuparam as terras da zona Norte, onde construíram suas casas de taipa e palha. O Poder Público contribuiu com esse processo, ao distribuir títulos de posse, sem poder atender às necessidades básicas demandadas pela população que crescia desordenadamente (MOURA e LOPES, 2006).

Na década de 1980 os conflitos sociais se intensificam e passam a se constituir não mais isoladamente, mas através de processos coletivos de ocupação, considerando que um movimento maior e mais fortalecido obriga o poder público a tomar medidas mais imediatas para resolver a situação (SANTANA, 2001). A maior parte das vilas e favelas existentes em Teresina surgiu a partir de ocupações, quer em áreas públicas quer em terras particulares.

A evolução do número de vilas e favelas em Teresina, de acordo com o regime de propriedade do terreno ocupado, ocorre principalmente em terrenos da Prefeitura Municipal e do Estado (TERESINA, 2000).

A localização de Teresina, a forte influência do setor comercial e educacional e o crescente desenvolvimento na área de saúde são fatores determinantes para a migração rural, de municípios do interior do Estado ou de outros estados vizinhos, daqueles que chegam a Teresina em busca de oportunidades. Sem condições de adquirirem um imóvel, vêm na ocupação de terrenos ociosos, públicos ou particulares, a saída para conquistarem um lugar para morar. Submetem-se a perigos e conflitos com a Polícia, mas geralmente, conseguem se estabelecer definitivamente no local, onde inicialmente, constroem barracos improvisados. Aqueles que realmente têm necessidade de uma moradia, aos poucos vão fazendo melhoramentos em suas casas.

Muitos, após a ocupação, passam algum tempo no local ou usam alguém para ficar morando por um período, até terem a garantia de direito sobre aquele lote. Sem, de fato, fixarem residência no local, aguardam a área tornar-se mais valorizada, para em seguida venderem ou instalarem estabelecimentos comerciais.

Para coibir esse tipo de especulação, a Prefeitura Municipal de Teresina realizou em dezembro de 2006 um cadastramento de domicílios nas vilas e favelas, cujas informações sobre a titularidade serão inseridas num Cadastro Único, evitando que uma pessoa seja contemplada mais de uma vez através de programas habitacionais públicos.

**Tabela 1 - Expansão de Vilas e Favelas de Teresina**

Zonas	Quantidade				% de Crescimento por Zona		
	1991	1993	1996	1999	1993	1996	1999
<b>Leste</b>	14	51	48	45	264,29	-5,88	-6,25
<b>Sudeste</b>	6	28	28	31	366,67	0,00	10,71
<b>Sul</b>	18	39	48	45	116,67	23,08	-6,25
<b>Norte</b>	15	17	20	22	13,33	17,65	10,00
<b>Centro</b>	3	6	5	7	100,00	-16,67	40,00
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>141</b>	<b>149</b>	<b>150</b>	<b>151,79</b>	<b>5,67</b>	<b>0,67</b>

Fonte: Extraído PMT/SEMPPLAN (2006)

A expansão de vilas e favelas de Teresina foi marcante no período compreendido entre 1991 e 1993, quando a taxa de crescimento foi de 151,8%, principalmente nas zonas Sudeste e a Leste, com percentuais de crescimento de 366,7% e 264,3%, respectivamente (Tabela 1).

Os conflitos pela moradia e os problemas decorrentes das ocupações de terrenos é um fato universal e não poderia ser diferente no Parque Eliane, cujos moradores, privados do direito de ter uma casa para morar, invadiram aquela área da zona Sul de Teresina, mais precisamente no Bairro Angelim.

A maioria das famílias ocupantes é oriunda de municípios e bairros vizinhos. Entre o final de dezembro de 2000 e início de janeiro do ano seguinte, algumas famílias já haviam construído barracos de gravetos e palha, sendo, em seguida, destruídos por tratores, sob ordens do aparente proprietário. Esse fato fez com que fosse criada uma Comissão para facilitar a negociação com a Prefeitura Municipal de Teresina. Não havia água e a energia elétrica era improvisada através de “gambiarras”. O proprietário reagiu demolindo os barracos construídos. Alguns moradores resistiram e retornaram, outros, abandonaram suas casas. Neste período, foi criada a Associação Beneficente e Recreativa dos Residentes no Parque Eliana - ABRRPE, tendo seu presidente abandonado o local e a causa, sendo em julho de 2002, eleita uma nova presidenta.



De acordo com as informações do representante da área ocupada, em 1997, a empresa comprou o referido terreno para loteá-lo, tendo enviado à Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo a proposta de loteamento. Porém, quando a proposta de loteamento feita pela empresa foi aprovada, um grupo de pessoas, possivelmente incitadas por lideranças políticas ou comunitárias, invadiu o terreno, atrapalhando o processo de loteamento. Cerca de 650 famílias ocuparam a área improvisando barracos com papelão ou palha. Foi concedida a reintegração de posse, fato que causou grande conflito quando da chegada do Oficial de Justiça e da Polícia Militar. Barracos foram destruídos, queimados e, para conter a ordem de despejo, os manifestantes fizeram piquetes com fogo na PI-130 obstruindo o trânsito da região.

Reportagens de jornal, da época, mostram fotos de alguns momentos do conflito entre os ocupantes e a Polícia (Figura 1) e destruição de barracos por tratores (Figura 2) e do desespero daquelas pessoas que assistiam à demolição de suas moradias. Muitos desistiram e evadiram-se do local. Outros, porém, mais persistentes, não se intimidaram e refizeram seus “barracos”.



Figura 1 – Tropa de choque da Polícia Militar em repressão à comunidade.  
Fonte: Jornal Agora (22/02/2001)



Figura 2 – Trator destruindo casebres.  
Fonte: Jornal Agora (22/02/2001)

Quando aconteceu a ocupação, a consulta prévia de loteamento proposta pela empresa já estava em fase de aprovação, mas, para o Poder Público, loteamentos somente são permitidos em áreas virgens, sem moradores e sem imóveis construídos. A solução agora seria fazer uma realocação para uma área vizinha ou considerar a atual como área de interesse para o bem social, o que é permitido pelo Estatuto das Cidades.

De acordo com o Parecer Técnico/Descritivo nº074.1829/97 expedido pela Prefeitura Municipal de Teresina, a análise da Consulta Prévia do Loteamento Parque Eliane, atendeu às exigências da Lei de Parcelamento do Solo, baseada na Lei Municipal nº1.938, de 16 de

agosto de 1988. A partir da aprovação da Consulta Prévia, foi solicitada a Licença Ambiental de acordo com a legislação urbana.

A área de 720.000,00m<sup>2</sup>, situada na zona Sul da cidade, Bairro Angelim, à margem direita da Rodovia PI-130, que liga Teresina a Palmeirais, foi parcelada de forma a serem totalizadas 52 quadras; 8 áreas verdes; 3 áreas para uso institucional; 30 vias de circulação e três avenidas com 11,0m e 18,0m de largura, respectivamente. conforme ilustra a Tabela 2.

**Tabela 2 - Descrição do Parcelamento**

<b>Unidade</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>	<b>%</b>
8	Áreas verdes	71.250,54	10,00
3	Área para uso institucional	36.000,00	5,10
33	Vias de circulação	206.683,13	29,00
52	Quadras (lotes)	397.550,61	55,90
-	Área loteada	711.484,28	100,00
-	CHESF	8.515,72	-
-	<b>Terreno Total</b>	<b>720.000,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Extraída PMT/SMHUR (1997)

Das oito áreas destinadas a serem conservadas como áreas verdes, somente três estão preservadas. Somente duas das áreas institucionais continuam preservadas.

### **Associativismo e produção**

O associativismo no Parque Eliane teve início na época da ocupação, fortalecendo-se logo após a demolição dos barracos, quando da tentativa de despejo, através da primeira liminar de reintegração de posse em favor do proprietário. Foi formada uma comissão composta pelos moradores Antônio Francisco da Cruz Dias, Edilson dos Santos e Maria das Graças Araújo Rodrigues. Posteriormente essa comissão teria se transformado na Associação dos Moradores do Parque Eliane – AMOVPE, tendo como presidente o primeiro, popularmente conhecido como Caximbinha, que não mais reside na comunidade.

Segundo relato de alguns moradores, o senhor Caximbinha, já prestou muitos serviços à comunidade, durante sua gestão, demonstrando que ainda o tem como liderança. Entretanto, a associação sob a presidência de Neide de Jesus também vem realizando, comprovadamente, um trabalho relevante na comunidade, tanto com reivindicações em prol da legalização de propriedades dos lotes, quanto buscando serviços públicos urbanos, o que

pôde ser confirmado por diversas instituições públicas, entre elas, a Companhia de Habitação do Piauí - COHAB, Centrais Elétricas do Piauí – CEPISA e a Prefeitura Municipal.

O Programa de Intercâmbio UFPI-Brasil/UNIVIR-Itália, através do Curso de Especialização em Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável, planejou, inicialmente, três oficinas com os moradores do Parque Eliane, objetivando que após essas oficinas fossem capazes de aperfeiçoar as técnicas assimiladas, dando continuidade ao processo produtivo e de comercialização. Em acordo com as integrantes do Grupo Mulheres Perseverantes<sup>2</sup>, foram selecionadas e oferecidas três oficinas: de produtos de higiene e limpeza; de produção de redes; de bijuterias em sementes.

Uma liderança local juntos às mulheres daquela comunidade é a moradora Maria do Amparo de Sousa, 63 anos, religiosa, muito respeitada, tenta ajudar mulheres mais carentes desde a partida do primeiro pároco da Igreja São Sebastião, que retornou para Itália, seu país de origem. Lidera o Grupo Mulheres Perseverantes, formado por mulheres carentes que produzem panos de pratos, bolsas, bordados, crochês e outras peças artesanais.

Por ausência de um espaço físico adequado, o grupo se reúne na Igreja Católica da comunidade para realizarem reuniões da associação e para a confecção dos produtos (Figuras 3 e 4).



Figura 3 – Grupo Mulheres Perseverantes trabalhando com crochê e bordado.  
Fonte: Autora (2006)



Figura 4 – Exposição de bijuterias produzidas por moradoras.  
Fonte: Autora (2006)

O grupo recebe o apoio da ONG Fundação Viver com Dignidade, sediada no Parque Piauí, realiza um trabalho articulando adoções de famílias através do Projeto de Adoção à Distância. As famílias carentes recebem mensalmente, por um período de um ano, podendo

<sup>2</sup> Grupo formado por mulheres que se reúnem na Igreja Católica, para produzirem trabalhos manuais artesanais, principalmente panos de prato, redes e crochê, como ajuda à renda familiar.

ser estendido por mais seis meses, uma cesta básica. Cada família contemplada deve desenvolver um trabalho comunitário. Decorrido o período de um ano, supondo-se ter sido o suficiente para esta família ter encontrado um trabalho ou fonte de rendimento, a cesta é repassada para outra família necessitada (PESSOA, 2007).

Uma dificuldade para a comercialização da produção, além de um espaço para exposição, são as condições de deslocamento. Para saírem de suas casas demanda gastos com transporte e alimentação. As mulheres não dispõem de dinheiro, como também os lucros tornam-se muito reduzidos, ou mesmo não terão nenhum lucro diante dessas despesas.

A Caixa Econômica Federal – CEF, em parceria com o Governo do Estado do Piauí, aprovou, através da Companhia de Habitação do Piauí – COHAB, a construção de 103 unidades habitacionais, das quais 17 já estão sendo construídas. O mesmo programa, em parceria com a Prefeitura Municipal de Teresina, também aprovou o projeto de construção de mais 28 moradias. Não há data precisa para o início das obras deste segundo convênio.

Ambos os Programas são financiados com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, destinados a subsidiar a construção de moradias para famílias de baixa renda e que vivem em casas precárias.

### **Infra-estrutura**

O Parque Eliane é deficiente em serviços públicos básicos, não possui acesso a serviços públicos urbanos, escolas, posto de saúde, posto policial, linha de ônibus coletivo, calçamento, esgotamento sanitário nem drenagem nas ruas. A maioria das famílias (91,2%) utiliza energia elétrica através de “gambiarras”. As casas são predominantemente de taipa-telha (83,3%) com piso de chão batido (MASCARENHAS, 2006).

A falta de pavimentação ou calçamento gera transtornos à população no período das chuvas, deixando as ruas inacessíveis por conta da lama e das poças de água. Somente a via principal, a Avenida São José, possui fornecimento legal de energia elétrica. A partir daí, os moradores, clandestinamente, levam energia elétrica até suas residências.

A Figura 5 apresenta uma visão do Parque Eliane quanto à situação do lixo e saneamento, quando valas são construídas para funcionarem como esgotos.



Figura 5 – Vala utilizada como esgoto.  
Fonte: Autora (dez.2006)

Não existe coleta pública de lixo, e os moradores, expondo-se aos perigos de proliferação de doenças causadas pelo acúmulo do lixo, utilizam-se da forma mais prática de tirá-lo do interior do seu domicílio. Alguns o enterram ou queimam-no nos quintais.

A Prefeitura Municipal alega que os fios de eletricidade, dispostos em emaranhados até as residências, são muito baixos, impossibilitando a entrada e o tráfego do carro de coleta de lixo.

Como não possuem banheiros, os moradores fazem suas necessidades fisiológicas no “mato” ou em latadas de palha, sem portas e sem cobertura. Em seguida depositam as fezes em sacolas de plástico e ficam aguardando o momento adequado para atirá-la fora, junto ao lixo já acumulado no quintal ou num ponto de lixo.

Os cuidados com o meio ambiente e com a higiene domiciliar e pessoal dependem também de fatores culturais, o que requer maior necessidade de ações educativas com a comunidade e, principalmente, com as crianças e adolescentes, através das escolas, grupos de jovens ou agremiações, utilizando-se de meios que internalizem princípios de educação ambiental nas novas gerações. Através de ações conjuntas com objetivos predeterminados, pode-se minimizar a situação degradante em que vive a comunidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Poder Público não é capaz de suportar a sobrecarga demandada pelos problemas da comunidade. São necessárias ações conjuntas dos profissionais que atuam na área, da comunidade civil através de ONGs ou de outras formas de voluntariado. A intervenção de todos esses setores pode minimizar a segregação daquela comunidade, através de políticas que

orientem os moradores sobre as formas de organização, de modo a tornarem-se capazes de reivindicar seus direitos, ao mesmo tempo em que saibam cumprir seus deveres

A área que abriga a população do Parque Eliane foi ocupada por famílias que, baseadas em outros casos de ocupações, construíram como puderam suas casas, na expectativa de que o Poder Público terminaria por resolver a situação habitacional da área e da infra-estrutura urbana. Os moradores, em sua maioria, são oriundos de localidades ou municípios vizinhos, que vieram na Capital a esperança de melhores oportunidades. Sem trabalho fixo e sem moradia, encontraram na ocupação de terrenos ociosos a saída para conseguirem um lugar onde viver.

As mulheres são mais atingidas pelas más condições de habitação e de serviços urbanos básicos, por necessitarem diariamente de água para as tarefas domésticas e para manter a higiene do lar de toda a família. São elas que determinam as prioridades e em que momentos esses serviços devem ser utilizados, quando são escassos. A situação de pobreza que as obriga a dedicarem-se ao lar, a dificuldade e a impossibilidade de ausentarem-se de casa por falta de creches para os filhos contribuem para que fiquem fora do mercado de trabalho remunerado.

Mesmo quando trabalha fora de casa, geralmente é a mulher que absorve as responsabilidades domésticas. A partir dessa concepção, foi construído o diagnóstico das condições de infra-estrutura e da situação socioambiental do Parque Eliane, utilizando-se, como meio, a pesquisa realizada com as mulheres.

Para que as potencialidades e vontades dessas mulheres sejam aproveitadas, faz-se necessária uma análise estrutural do grupo, observando o senso de responsabilidade e compromisso do grupo para com as metas pretendidas, diagnosticando-se as carências, capacidade de produção e uma sondagem da procura do mercado consumidor. A partir dessa pesquisa, pode-se identificar o tipo de produção viável e principalmente, a demanda que absorverá a produção.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Neide de Jesus Carvalho. **Depoimento sobre o movimento de ocupação**. [25 nov. 2006]. Teresina, 2006. Entrevista Concedida a Telma Vilarinho e Márcia Roberta Ricardo.

\_\_\_\_\_. **Depoimento sobre a construção das casas pelo convênio CEF/PMT/COHAB – PI.** [02 jan. 2007]. Teresina, 2007. Entrevista concedida a Sônia Maria Ribeiro Feitosa.

\_\_\_\_\_. **Depoimento sobre serviços urbanos públicos e lutas de classe.** [02 jan. 2007]. Teresina, 2007. Entrevista concedida a Sônia Maria Ribeiro Feitosa.

Confederação Nacional de Municípios – CNM. **Infra-estrutura e destino do lixo.** Disponível em: <<http://www.cnm.org.br>>. Acesso em: 18 fev. 2007.

GOOGLE MAPS . Vista parcial da comunidade Parque Eliane. fev.2007

IBGE - INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –**Censos Demográficos.** Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.org/informações/>>. Acesso em: 20 dez. 2006.

LIMA, Raimundo Neto e Silva Nogueira. **Depoimento sobre a proposta de loteamento e o movimento de ocupação.** [04 out. 2006]. Teresina, 2006. Entrevista concedida a Sônia Maria Ribeiro Feitosa.

MARICATO, Ermínia. **Dimensões da tragédia urbana, 2002.** Disponível em: <[www.com.ciencia.br](http://www.com.ciencia.br)>. Acesso em: 20 nov.2006.

MASCARENHAS, Marcelo dos Anjos. [**Relatório apresentado ao Programa Semeando Moradias**]. COHAB. Teresina, 2006.

MORAES, Maria do Socorro Almeida. **Depoimento sobre a oficina de bijuterias.** [25 nov. 2006]. Teresina, 2006. Entrevista concedida a Sônia Maria Ribeiro Feitosa.

MOURA, M.G. B; LOPES, W.G. R. Uma análise ambiental de bairros da zona norte de Teresina In: **Teresina: uma visão ambiental.** EDUFPI, Teresina, 2006. p. 199.

OLIVEIRA, Isolda Evangelista de: **Depoimento sobre o Programa Saúde da Família.** [25 nov. 2006]. Teresina, 2006. Entrevista concedida à Prof<sup>ª</sup>. Jáira Maria Alcobaça.

PESSOA, Conceição Cesário: **Depoimento, sobre a criação do grupo Mulheres Perseverantes e sobre o Projeto Adoção a Distância.** [10 fev. 2007]. Teresina, 2007. Entrevista concedida a Sônia Maria Ribeiro Feitosa.

SANTANA, Mecejane Wanderley. **Programa Moradia Digna e Segura em Teresina.** Teresina, 2001. 284 p.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** Trad. Laura Teixeira Motta; São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA, Maria do Amparo de. **Depoimento sobre o grupo de fabricação de redes e o de material de higiene e limpeza.** [25 nov. 2006]. Teresina, 2006. Entrevista concedida à Prof<sup>ª</sup>. Jáira Maria Alcobaça.

\_\_\_\_\_. **Depoimento sobre associativismo/criação do Grupo Mulheres Perseverantes Aquisição de Construção de Casas pelo Programa CEF/PMT.** [20 jan. 2007]. Teresina, 2007. Entrevista concedida a Sônia Maria Ribeiro Feitosa.

\_\_\_\_\_. **Censo das vilas e favelas de Teresina/99.** Teresina, 2000.

\_\_\_\_\_. **Teresina Agenda 2015.** Plano de Desenvolvimento Sustentável para a cidade de Teresina. Teresina, 2002.